

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

POLÍTICA EXTERNA

CELSO AMORIM

BRASÍLIA
2010

CICLO DE PALESTRAS

POLÍTICA EXTERNA

CELSO AMORIM



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
MINISTRO SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Esplanada dos Ministérios, Bl. O – 7º, 8º e 9º andares
70052-900 Brasília, DF
Telefone: (61) 3411.4617
Site: www.sae.gov.br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

POLÍTICA EXTERNA

CELSO AMORIM

PALESTRA PROFERIDA EM 25/02/2010



BRASÍLIA, 2010

Degração:

Adrienne Moura

Gabriela Campos

Raul Oliveira

Projeto Gráfico:

Rafael W. Braga

Revisão:

Sarah Pontes

Coordenação:

Walter Sotomayor

FICHA CATALOGRÁFICA

C568

Amorim, Celso.

Ciclo de palestras: Política externa/ Celso Amorim. Brasília:
Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE,
2010.

56 p.

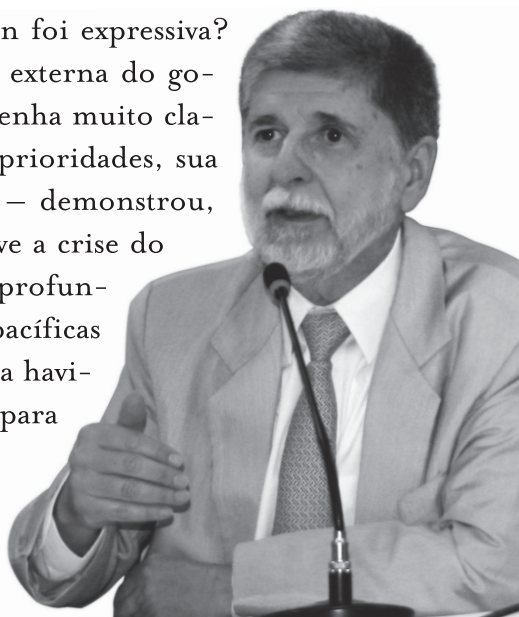
1. Políticas Públicas 2. Política externa – Brasil. I Presidência da
República, Secretaria de Assuntos Estratégicos. II. Celso Amorim

CDD - 350

PALESTRA DO MINISTRO CELSO AMORIM

Hoje vou falar sobre algumas das linhas de força da nossa política externa, tentando inseri-las na atual conjuntura internacional. Acompanhei, recentemente, o presidente Lula nessa reunião no México que resultou na criação da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe. E para mim foi particularmente especial porque foi a primeira vez que voltei a Cancun depois da Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio de 2003.

E por que a volta a Cancun foi expressiva? Porque, embora a política externa do governo do presidente Lula tenha muito claramente manifestado suas prioridades, sua maneira de ver o mundo – demonstrou, por exemplo, quando houve a crise do Iraque, uma atitude real e profunda em busca de soluções pacíficas para o conflito –, não tinha havido ainda um grande teste para



nossa capacidade de enfrentar pressões externas e internas (e grande parte da mídia interna reflete intensamente as pressões externas).

Então, o primeiro grande teste que nós tivemos foi a reunião da OMC em Cancun. Naquela época, supunha-se que ia haver uma conclusão das negociações. Isso não quer dizer que todos os detalhes técnicos já estivessem acertados, mas os elementos básicos da Rodada de Doha (de negociações das regras do comércio internacional) poderiam – pensava-se – ser concluídos naquela ocasião.

Formou-se uma pressão muito forte para que houvesse essa conclusão, e foi levado a Cancun pelo presidente do Conselho Geral da OMC um documento. Obviamente, aquele documento era muito desequilibrado, mas para quem conhece reuniões ministeriais, é sempre muito difícil ter uma batalha contra um documento que já está colocado sobre a mesa. Uma das táticas que você tem quando se está em uma negociação internacional é discutir sobre a base do seu papel e não sobre a base do papel dos outros.

O fato é que o papel que estava sobre a mesa, o documento – o projeto de ata final da reunião –, era muito desfavorável para nós. Para se ter uma ideia, quase nada havia sobre subsídios agrícolas, e havia muito pouco sobre *dumping*, que era talvez o tema de maior interesse do Brasil, e também muito pouco sobre outras questões que poderiam interessar a outros países em desenvolvimento. No entanto,

havia muito sobre abertura dos mercados industriais, do mercado de serviços, sobre a abertura para compras governamentais etc.

Então, fomos para aquela reunião na defensiva. Tratava-se quase de virar a mesa, mas virar a mesa na área internacional não é muito simples, porque é preciso ter certa legitimidade para fazer isso. Não se deve chegar no momento de conclusão da negociação e simplesmente parecer que está obstruindo tudo. Nós já tínhamos começado antes um trabalho de aglutinação de outros países em desenvolvimento, sobretudo Índia, Argentina, África do Sul e, aos poucos, foram aderindo outros países que não estavam contentes com aquele projeto de ata final que se preparava para apresentação e discussão em Cancun.

Quando chegamos a Cancun, a situação era ainda muito desfavorável e tratamos logo de congregar esses países que estavam conosco. Fizemos várias reuniões e, em cinco dias, as pessoas foram percebendo a importância do G-20 [grupo de 20 países em desenvolvimento]. Atualmente, o G-20 ficou um pouco obscurecido pelo outro mais importante, o dos presidentes, que discute as questões financeiras e econômicas do mundo. Mas quem sabe o atual (embora existisse o G-20 no FMI) tenha ganhado força e legitimidade em razão do G-20 anterior? Quando formamos o G-20, havia um pouco a ideia de que aquilo era mais uma tentativa de países em desenvolvimento de criar caso, dificuldade, mas que, na hora mesmo da negociação, todos iriam ceder e as grandes potências, sobretudo

União Europeia e Estados Unidos, seriam capazes de impor a sua vontade.

Houve certo espanto, porque o processo não se deu assim, porque as ideias foram evoluindo e o G-20 funcionou com grande unidade. Na realidade, quando terminamos a reunião, eram até mais do que vinte países, depois houve uma reversão em decorrência de pressões e, no momento, são mais de vinte novamente. Mas, enfim, ele foi crescendo, ganhando unidade e nós fizemos reuniões com o Diretor-Geral, por exemplo, mas, sobretudo com a União Europeia e com os Estados Unidos. Foi uma grande surpresa, sobretudo para os Estados Unidos, porque eles esperavam que fossem discutir com vinte países, esperavam que cada um ia levantar o seu ponto – os pontos não são naturalmente idênticos – e isso os ajudaria a levar, como sempre tinham levado no passado, a Conferência para os objetivos que eles tinham. Na realidade, o G-20 falava em nome de todos. Então não era o Paraguai falando em nome do Paraguai, o Brasil falando em nome do Brasil, a China falando em nome da China. Com isso, verificou-se que havia uma grande unidade que não foi quebrada e, obviamente, que o centro do G-20 era, sobretudo, a questão agrícola. Com a evolução da conferência, conseguimos evitar o que teria sido um acordo muito ruim naquele momento.

Até hoje, a imprensa tem desenhado isso como o “fracasso de Cancun”. Para nós, Cancun não foi um fracasso. Fracasso teria sido concluir Cancun em bases totalmente

assimétricas e desvantajosas para os países em desenvolvimento. Claro que houve outros movimentos, acho que o fato de o G-20 estar bem organizado também inspirou outros países em desenvolvimento – no caso, países africanos, países de menor desenvolvimento relativo – a se articularem em torno de outras questões que para eles eram mais prementes talvez e, com tudo isso, na realidade, não se pôde concluir Cancun.

Tivemos na época não só uma batalha na mesa de negociação – é como se diz: “O diabo sabe das coisas não porque é esperto, mas porque é velho” – então, como eu já tinha vivido já várias ocasiões desse tipo, aprendi naquela ocasião também a disputar não só na mesa de negociação, mas também na mídia. Porque, como é comum nessas situações, a versão que saía nos primeiros dias era sempre a versão dos países desenvolvidos, em que países como Brasil e Índia, atrapalhavam as negociações e criavam dificuldades. Porém, aos poucos isso foi se modificando e ficou claro que tínhamos objetivos totalmente legítimos, porque o que estávamos querendo era que os nossos produtos agrícolas pudessem competir em condições de igualdade, e não competir com o Tesouro dos Estados Unidos, ou com o da União Europeia, que subsidiam altamente a sua produção.

Conseguimos alterar, não totalmente – pelo menos um pouco – essa percepção em vários setores da mídia, sobretudo a internacional, que passou a se interessar pelo G-20. O fato é que, ao fim da reunião do G-20, ao fim

de Cancun, esse perigo de que as relações ficassem totalmente desequilibradas contra nós acabou sendo evitado. E não só isso. Mais importante do que isso é que, com a questão de Cancun, a nossa posição dentro da OMC mudou totalmente. Quem acompanha esse tema, mesmo quem acompanhou de longe, viu que houve uma mudança substancial na maneira de negociar na OMC. Não chegamos a uma conclusão na Rodada Doha até agora, talvez porque, à medida que os países em desenvolvimento ganhavam força, as negociações se tornaram mais difíceis.

Naquela ocasião, quando se falava em uma negociação, havia uma entidade que era chamada o *Quad*. Era a União Europeia (que na época era a Comunidade Europeia), os Estados Unidos, o Canadá e o Japão. Então, tudo era decidido entre eles. Depois que resolviam, eles levavam para um foro mais amplo e aí entravam Brasil, Índia, Argentina. Mas, se tivéssemos que mudar algo, isso não passava de uma vírgula, a substituição de um acento circunflexo por um acento agudo, porque a verdadeira essência da negociação era feita por esse *Quad*.

Quem acompanhou durante esses anos a negociação da OMC observa que se falava muito de G-4. Foi até algo interessante, porque normalmente as metáforas do futebol passam para a política e, nesse caso, a metáfora da política passou para o futebol, o que eu acho que é um motivo de raro envaidecimento para nós. Mas, enfim, ouviu-se falar muito de G-4, só que o G-4 que substituiu de certa forma o *Quad* nesse tipo de articulação não era mais composto

apenas de países ricos. Era composto por Estados Unidos, União Europeia, Índia e Brasil.

Nas negociações ocorridas em meados de 2008, quando parecia novamente que nós poderíamos ter chegado a um fim, a esses quatro se juntaram China, Japão e Austrália. Os países em desenvolvimento passaram a ter, portanto, papel central nas negociações – e isso foi uma grande mudança. Tal mudança obviamente não agradou. Dois dias depois de finalizada a reunião da OMC, Bob Zoellick, o atual presidente do Banco Mundial e na época representante comercial dos Estados Unidos, escreveu um artigo no *Financial Times*. Era um artigo curto, em que a palavra “Brasil” aparecia cinco vezes – pode-se imaginar que não era de maneira elogiosa. Mas, quatro meses depois, o próprio Zoellick me telefonou, falou um minuto sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e quase cinquenta minutos sobre a OMC. Ele me propôs, então, que retomássemos a negociação.

O que o Brasil fez naquele momento? E por que estou dizendo isso? Porque enquanto ia do aeroporto a caminho da reunião de Cancun, fui me lembrando daquela reunião de 2003, em que o mundo viu que o Brasil era capaz de dizer “não” – mas de uma maneira que não era irracional e obstrucionista, mas de maneira qualificada. Não é simplesmente dizer “não, não quero; não vou fazer nada, não quero participar”, porque isso nós tentamos, de alguma forma, fazer na Rodada Uruguai, mas fomos levados de roldão porque esse tipo de posição não tem condição

de prevalecer no cenário internacional sem procurar alternativas, sem ser propositivo, que é o que o Brasil e os países do G-20 têm que fazer.

Essa articulação precisava ter legitimidade. Não bastava ser só Brasil, Índia e China porque senão parece que são só os grandes países em desenvolvimento em detrimento dos pequenos. Tivemos que nos articular com os africanos, tivemos que nos articular com os centro-americanos. Enfim, o G-20, desde o início, tinha países de menor desenvolvimento relativo, como a Tanzânia, tinha países centro-americanos. Alguns chegaram a sair e depois voltaram.

Por que estou mencionando esse momento? Porque ele foi, de alguma forma, estruturante da política externa brasileira. Foi um momento de teste. Porque definir no papel quais são os objetivos e até como alcançá-los, e quais são as dificuldades, é muito diferente de realmente começar a enfrentar as dificuldades. Ou seja, há uma grande distância entre dizer que o objetivo principal, ou de acordo com os nossos princípios, é defender a integração latino-americana – que está prevista, aliás, na Constituição – ou a soberania dos Estados ou a solução pacífica de controvérsias e, na situação concreta, ser capaz de defender esses pontos. Creio que naquele momento, por incrível que pareça, isso nos deu muita credibilidade em muitas outras negociações, incluindo, por exemplo, a negociação da Alca, que nós continuamos discutindo com os americanos.

O Brasil nunca aceitou realizar algo apenas por estar premido pelo tempo ou por pressões externas. Começamos, já no governo Lula, logo no início das discussões, e havia um prazo para o Brasil apresentar as suas ofertas na Alca. Eu falei: “Não vou fazer isso”. Como é que um governo que acaba de chegar, em quarenta dias vai apresentar uma oferta em uma negociação tão complexa como a da Alca? E disseram: “Mas temos que fazer! Porque está combinado!”. Eu também não estou criticando as pessoas do governo anterior, porque até acho que eles não fizeram de má-fé, pois na realidade eles tinham que ter apresentado antes e preferiram não apresentar, pois haveria em breve um novo governo, e tentaram ganhar um prazo. E aí não tivemos condições de fazer isso.

Com a questão de Cancun, nós ganhamos também uma credibilidade internacional que obrigou o próprio governo americano a nos olhar com respeito e a ver que o Brasil não estava com implicância de natureza ideológica, ou que nós não queríamos nada, mas que nós tínhamos que defender os nossos interesses. Aliás, eu sempre disse que era muito difícil ter uma Alca, naquela época, que correspondesse aos interesses do Brasil. Mas se nós conseguíssemos fazer, por que não? Então negociamos. Chegamos até a alguns entendimentos que, no fim, não deram certo porque havia gente muito dogmática, sobretudo do lado deles, que queria outros resultados.

Por isso, quero dizer que Cancun foi um momento estruturante, e ficou claro internacionalmente e também

para a opinião pública interna, apesar da maneira como a mídia dizia “fracasso em Cancun”, “Brasil, Índia e China responsáveis pelo fracasso em Cancun”. Sobre os mesmos fatos, comparei as manchetes brasileiras e as internacionais, sobretudo quando se referiam ao Brasil. Parecem duas histórias completamente diferentes, com a mídia brasileira sempre nos jogando para baixo: ou era fracasso ou era obstrução. Sempre uma palavra negativa. Na mídia internacional, era o contrário: “Brasil lidera grupo de países em desenvolvimento”. Uma percepção bem mais sofisticada daquilo que estava acontecendo.

Aquele foi um momento que, apesar dessas vicissitudes, mostrou, nacional e internacionalmente, que a nossa política externa era para valer. Que era, assim como o presidente Lula me encomendou quando fui convidado ao cargo, uma política externa “ativa e altiva”. Sem jogo de confrontação e de obstrucionismo a todo preço, mas com negociação.

Naquela mesma reunião de Cancun, no fim de algumas tentativas negociações, o próprio Robert Zoellick disse: “O Brasil apresenta condições muito difíceis, mas vê-se que está trazendo propostas, então respeitamos”. Essa atitude gera respeito. Defender com firmeza o seu ponto de vista, ser capaz de propor, legitimar e negociar. É difícil, mas é o que fizemos. Isso foi um aspecto da política externa no plano da política comercial, que teve reflexos na negociação da Alca, que acabou não prosperando porque, evidentemente, não era para ser do jeito que atendessemos aos

interesses de países como o Brasil e outros. Teve todo esse impacto nas negociações com a União Europeia e na continuação da negociação comercial.

Fui a Cancun com o presidente da República, no começo desta semana, para uma reunião também singular e de alguma maneira muito ilustrativa dos rumos da nossa política externa. Porque aquela era, depois da primeira que tivemos em Salvador, na Bahia, a segunda reunião de cúpula de todos os países da América Latina e do Caribe. E como o presidente Lula frisou algumas vezes, nunca, em 200 anos de história, a América Latina e o Caribe haviam se reunido sem uma tutela externa. Um fato muito impressionante é que a América Latina e o Caribe podiam se reunir com os Estados Unidos no âmbito da Cúpula das Américas, sem Cuba. Poderia se reunir com a União Europeia, poderia se reunir sem os caribenhos, com na Cúpula Ibero-americana. Mas não podia haver reunião entre América Latina e o Caribe apenas. Não é impressionante? Eu fico muito impressionado com alguns retrospectos. O complexo de inferioridade é tal que qualquer ato de autoafirmação, por mais inocente que seja, é visto como um desafio a uma potência externa – sobretudo em relação aos Estados Unidos. Podíamos até nos reunir com a Europa. Mas reunir só América Latina e Caribe, não podia. Esse movimento foi resultado de um processo que resultou, em grande medida, de uma linha de força da política externa brasileira.

Então, voltar a Cancun foi simbólico em relação à primeira manifestação, digamos, de real capacidade não só de agir independentemente, mas de agir articuladamente com outros países, como havia sido a reunião da OMC. Voltar a Cancun teve um significado simbólico porque nós sabemos que, nessas situações, a primeira reunião pode já encerrar questão. Mas quando você faz a segunda e vem a terceira, aquilo vai se firmando. Mas, nesse caso, foi até mais do que isso, porque houve uma decisão muito importante de se criar a Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe – a Celac. Essa decisão é marca de algo que a política externa brasileira ajudou a criar.

Mencionei recentemente, na parte internacional do Congresso do PT, que além de ativa e alativa, a política externa brasileira foi criativa. Porque muitos dos grupos que vemos hoje foram literalmente invenções da política externa brasileira. Não foram, no entanto, criados do nada. Em política não se pode inventar a partir do nada. Inventar é captar o potencial da realidade e transformar essa realidade virtual em realidade atual.

Muito antes desse episódio que relatei, que tem a ver com a integração da América Latina e Caribe de maneira muito mais ampla, concretizamos a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que foi também um processo longo – e que também não foi retórico, ao contrário do que diziam os detratores, que são muitos, da nossa política externa, seja por indiferença ou porque não acreditam no Brasil, ou por qualquer outra razão. A criação da

Unasul foi um processo trabalhado com grande profundidade. Primeiro, politicamente. O presidente Lula, no primeiro ano de governo, recebeu todos os dirigentes da América do Sul. Em dois anos, ele havia visitado todos os países dessa região. Houve um trabalho político em torno disso, mas também houve um trabalho para transformar essa realidade em algo concreto, que vai além da retórica.

Inicialmente, trabalhamos fortemente para ter uma área de livre comércio na América do Sul. E não foi uma tarefa fácil. A primeira pessoa que falou em uma área de comércio sul-americana foi o presidente Itamar Franco, em uma reunião do Grupo do Rio, em Santiago do Chile, em 1993. Pouco depois, numa reunião da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em Montevideu, coube a mim explicar como se poderia fazer essa área de livre comércio sul-americana. Naquela época já se começava a falar de uma Área de Livre Comércio da América do Sul (Alcsa). Não estava ainda definida com esses termos, mas já se falava muito da expansão do Nafta [sigla em inglês do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio]. Tudo que se falava era que receberíamos uma irradiação distante da luz, que viria do Norte. Quer dizer, o Nafta ia ser expandido aos poucos e chegaria até o Cone Sul. Então, quando fomos lá falar não de Alca, mas de Alcsa, a repercussão variou entre a hostilidade e a indiferença. Depois houve uma reunião presidencial – também vamos reconhecer o que aconteceu durante o governo Fernando Henrique Cardoso – que lançou um processo relativo à infraestrutura. Mas também parou aí, e não foi muito

adiante. E nós nos dedicamos profundamente, no governo do presidente Lula, a levar adiante e criar as condições para uma real unidade. Não só levamos muito para frente a questão da infraestrutura, mas, sobretudo, esses acordos comerciais. Isso não significa que consideremos o livre comércio uma panaceia para tudo. Mas se alguns países da região estão realizando acordos de livre comércio com países fora do continente, é melhor que tenhamos entre nós também.

Dedicamos boa parte do esforço político-diplomático da primeira parte do governo do presidente Lula, além desses outros episódios que mencionei, a concretizar as bases da integração. E conseguimos, em 2004, assinar um acordo envolvendo a Comunidade Andina e o Mercosul. Isso significa, na prática, toda a América do Sul. Guiana e Suriname são casos diferenciados. Primeiro, porque têm uma relação com a Comunidade do Caribe (Caricom). Segundo, porque são países tão mais pobres que também não podem entrar numa zona de livre comércio da mesma maneira que os outros. E não foi fácil concluir o acordo. Em todos os países que visitávamos, verificávamos que havia um grande medo do Brasil. E nós sempre dizíamos, como o presidente Lula disse outro dia no México também, que é difícil entender por que a burguesia colombiana, os capitalistas colombianos, ou peruanos, ou equatorianos, naquela época, tinham medo do Brasil e não tinham medo dos Estados Unidos. É algo que não dá para entender. Algo que só pode fazer parte da estrutura ideológica das pessoas. Não há raciocínio econômico que ex-

plique uma coisa dessas. E fomos mostrando também que o Brasil, por ser a economia mais forte da região, poderia até a aceitar que as concessões não fossem absolutamente simétricas e que levassem em conta as diferenças. Com isso, conseguimos, em 2004, ter o Acordo-Quadro, e um pouco depois fizemos os acordos específicos com os países da região.

Então, chegamos à Unasul, que não é, ao contrário do que muitas pessoas dizem, algo retórico. É algo baseado em ações muito concretas da integração sul-americana. O comércio do Brasil com a América do Sul aumentou exponencialmente nesses anos. Não estou contando 2009, porque esse foi um ano muito pouco típico em razão da crise que atingiu o comércio de manufaturas do mundo inteiro. Atingiu a nossa exportação para a América do Sul, como para os Estados Unidos. Se tomarmos 2008, que foi um ano mais dentro dos padrões, a América do Sul passou a representar, em vez 12% ou 13% das nossas exportações, 20% delas. A América do Sul sozinha já é maior que os Estados Unidos, e continua a ser, apesar da crise, como mercado de exportações brasileiras. Não quero dizer que a questão econômica comercial seja a única motivação, mas é uma das motivações. É importante ter isso presente. E 90% das nossas exportações são manufaturas ou semimanufaturas. É uma exportação de qualidade muito maior. Sem falar que os investimentos brasileiros na América do Sul aumentaram muitíssimo. Toda essa boa relação política facilitou a resolução de conflitos, embora nós tenhamos também que lutar contra outros

preconceitos. O Brasil, em muitos países da América do Sul, era visto como imperialista ou subimperialista. Temos também que convencer os outros, porque o Brasil é maior, tem uma economia mais pujante e foi autodenominado Império durante mais de sessenta anos. É curioso, pois não estamos acostumados a pensar no Brasil como um Império, mas se pegarmos um livro, artigo ou discurso do século XIX, ele vai se referir à diplomacia brasileira como a diplomacia do Império. É um termo que naturalmente causa susto. Então, existe todo um esforço para se convencer, não só com palavras, mas com atos, de que não é assim, que nós queremos uma integração que beneficie a todos. Queremos investimentos brasileiros que sejam produtivos e que respeitem as legislações locais.

Essa integração, a criação da Unasul, que depois permitiu essa comunidade de toda a América Latina e Caribe, tudo isso está relacionado à atual política externa. No começo, quando as pessoas estavam muito interessadas na Alca, na negociação com a União Europeia, os jornalistas sempre me perguntavam por que eu me interessava tanto pela América do Sul. Eu dizia que era porque eu moro aqui. Se eu morar na Rocinha, tenho que me interessar pelos problemas da Rocinha. Se morar no Copacabana Palace, vou me interessar pelos problemas de lá. Você tem que começar a se interessar pelo lugar em que mora. E moramos na América do Sul. Essa é uma realidade que não vai mudar. E acho até uma boa realidade. E creio que temos muito que aprender com nossos vizinhos, bem como ensinar a eles e nos fortalecermos com eles.

Temos que nos convencer de que o Brasil é um país muito grande e muito importante. A prova é o grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) e o papel que estamos desempenhando nas relações internacionais. Na economia que vai se configurando para o século XXI, os atores serão os grandes blocos. Os Estados Unidos são um bloco em si mesmos. A China é um bloco em si mesma. E a União Europeia é um bloco. Olha, nesse cenário, até o Brasil talvez não seja suficientemente grande. Então, ter uma América do Sul articulada, bem entrosada econômica e politicamente é muito importante para nós.

Citei aqui dois exemplos de questões importantes, mas houve muitas outras iniciativas. O Brasil vai sediar agora uma Cúpula do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) e outra dos Brics. O Fórum Ibas decorre de uma cooperação natural, porque são três grandes democracias – o Brasil se orgulha muito também de ser um país democrático –, cada uma em um continente do mundo em desenvolvimento, que até então se desconheciam. Quando veio ao Brasil o ex-presidente da África do Sul Thabo Mbeki, a ex-ministra Zuma sugeriu, no segundo dia de sua visita, a criação de outro grupo, envolvendo uns sete ou oito países. Eu sugeri algo simples e funcional: um grupo com Brasil, Índia e África do Sul. Isso já vinha na minha cabeça desde o governo Itamar Franco. Porque até o caminho das Índias passava pela África do Sul. E o Brasil entrou nessa equação de alguma maneira. Por coincidência, são três grandes democracias com preocupações sociais e posições

independentes no cenário internacional. Então devíamos nos articular mais. E fizemos o Fórum Ibas.

Vai haver a quarta cúpula em breve e já houve umas dez reuniões ministeriais. Daí podem resultar ações de fato práticas. Já houve outros grupos de países em desenvolvimento. Mas é muito difícil acertar um projeto entre quinze países, porque cada um quer de um jeito. Fica impossível. Porém, entre três, quem sabe? Temos agora cooperação em várias áreas. Há cooperação na área de defesa, na área de energia, na área cultural. Já estamos falando em satélite Ibas – algo que seria muito simbólico. Estamos trabalhando juntos com o Ministério da Tecnologia, e é possível que saia algo. Mostra que podemos trabalhar juntos. O projeto que foi selecionado pelo Pnud (Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento) como exemplo de cooperação Sul-Sul no Haiti, por exemplo, foi um projeto do Ibas, que é de coleta de resíduos sólidos, de lixo, que dá muito emprego para as pessoas em uma das favelas – a favela do Carrefour Feuilles. O projeto tem três dimensões: dá emprego, limpa as ruas – as pessoas notam quando vão chegando perto de Carrefour Feuilles que as ruas vão ficando mais limpas – e, ao mesmo tempo, permite a transformação dos resíduos em combustível, o que também evita o continuado desmatamento do Haiti. É um projeto-modelo financiado por países pobres em desenvolvimento.

Na ONU sempre houve essa divisão: os doadores e os receptores, os ricos e os pobres. São ricos e pobres mesmo.

Mas eu sempre disse – e aprendi isso com os caseiros de um sítio que eu tinha em Brasília – que você não precisa ser rico para ser solidário. Eu os via adotando, dando comida para as crianças mais pobres do vizinho, e aquilo me causava muita impressão. Quer dizer que não é preciso você ser rico para ser solidário. A Índia, o Brasil e a África do Sul estão demonstrando isso.

Posteriormente, houve a primeira Cúpula dos América do Sul-Países Árabes. E todo mundo perguntava por quê fazer aquilo. Os resultados vieram em várias frentes. O nosso comércio quadriplicou com os países árabes. Nos dois sentidos: não me refiro apenas à compra de petróleo. Em uma ocasião, desembarquei no Catar para ter uma conversa preparatória para uma reunião e vi que todos os ônibus eram brasileiros. A Arábia Saudita compra aviões da Embraer.

O mesmo acontece com a África. As pessoas pensam que a aproximação com África é uma questão meramente retórica – e não tem nada disso. Primeiro, é verdade que o Brasil tem que redescobrir as suas raízes africanas. E digo francamente, como embaixador na ONU, como ministro das Relações Exteriores, se tem algo que às vezes causa um pouco de constrangimento é estarmos sempre falando em democracia racial, mas olhamos ao redor e não encontramos uma pessoa que possa ser considerada negra em certos círculos – com raríssimas exceções. Mas isso está mudando. É preciso internalizar a África no Brasil, o que

também é importante do ponto de vista da autodescoberta do Brasil.

Nossas exportações para a África multiplicaram por cinco nesses anos. Se fôssemos tomar a África – concordo que é um artifício – como um país isolado, ela seria hoje o nosso quarto parceiro comercial. Alguém poderia imaginar isso? Todo mundo criticava o presidente Lula, questionando o que ele estava fazendo na África, enquanto deveria estar na Alemanha, na França. Bem, ele também foi à Alemanha e à França. Então, a África viria abaixo apenas dos Estados Unidos, da China e da Argentina. Acima da Alemanha, do Reino Unido e do Japão. Portanto, não se trata de algo sem importância do ponto de vista econômico. Sem falar nos investimentos. Em um país pequenino, a Guiné Equatorial, uma empresa brasileira – as grandes nem estiveram interessadas – foi lá realizar uma obra de construção no valor US\$ 40 milhões. Hoje tem mais de US\$ 1 bilhão investidos na Guiné Equatorial.

Criamos essa Cúpula da América do Sul-África. Uma Cúpula Brasil-África era o desejo de muitos países africanos, mas achamos que do ponto de vista da integração da América do Sul era importante que o encontro contemplasse todos os países da nossa região. Porque bem ou mal, para o Brasil, a África é uma realidade. Para outros países não é. Fizemos a América do Sul e África aproximarem-se. Fizemos a América do Sul e os países árabes ficarem mais próximos. Vi com muito orgulho a Presidenta de turno da Unasul, a Presidenta Bachelet, na segunda

Cúpula realizada em Doha, no Catar, falando em nome de toda a América do Sul. Achei bonito. É algo em que estamos avançando.

Tudo isso, como digo, são invenções. Não estavam aí. Na OMC, tivemos que confrontar uma realidade e tomar posições. Nesses casos que mencionei, não: nós inventamos. Além de ativa e ativa – parece um pouco autoelogio, mas acho que era o que ela se propunha a ser, e foi –, a política externa tem sido criativa.

Claro que também procuramos negociar. Não é que queiramos sempre confrontar. Aliás, não quero nunca confrontar. Muitas vezes encontramos soluções. Para voltar ao assunto inicial, em julho de 2008, se fosse pelo Brasil, a própria Rodada de Doha teria sido concluída. Porque nós e, para falar a verdade, a União Europeia também, soubemos fazer. A maioria ali queria que terminasse, mas teríamos concluído a Rodada de Doha, o que seria muito benéfico, porque as pessoas criticam a OMC por beneficiar mais os ricos. Beneficia mais os ricos porque é da natureza das coisas que os poderosos façam as legislações em seu benefício. Mas sem lei é muito pior. Isso eu posso garantir. É melhor ir tratando de reequilibrar a OMC porque colocá-la de lado é lei da selva. E, na lei da selva, nós saímos perdendo.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

ANDRÉ DE MELO SOUZA (IPEA)

O senhor mencionou que Cancun, particularmente a criação do G-20 Comercial, foi um “momento estruturante da atual política externa brasileira”. Nas suas palavras, a primeira vez em que o Brasil disse “não”. Eu queria saber em que medida a reunião anterior em Doha e, especificamente, a negociação sobre a declaração de Doha, de Tríplice Saúde Pública, não pode ser considerada um precursor do G-20, e também uma instância até anterior, em que o Brasil já tenha se posicionado de forma assertiva.

RESPOSTA:

Claro que o Brasil já foi capaz de dizer “não” no passado. Há um livro recente sobre os personagens, e as discussões na OMC remontam ao lançamento da Rodada de Doha, de modo que esse episódio está relatado em detalhes. É de um autor americano chamado Paul Blustein [Misadventures of the Most Favored Nations: Clashing Egos, Inflated Ambitions and the Great Shambles of the World Trade System]. O Brasil teve, indiscuti-

velmente, coragem naquele episódio. Fui parte desse processo, e o ministro da saúde da ocasião, José Serra, também participou. A nossa resistência na ocasião foi fundamental para conseguir um resultado positivo sobre o tratamento da questão da saúde pública na OMC.

Em Cancun, a questão era mais complexa, mais difusa, envolvia toda a parte agrícola, envolvia muitos outros aspectos, não estava concentrada em um único ponto. Na questão da propriedade intelectual e saúde, tínhamos um ponto a nosso favor, o que não houve na reunião de Cancun: parte importante da opinião pública internacional estava do nosso lado, porque a questão da Aids era mais evidente. Além disso, muitas ONGs e outras forças que também têm expressão internacional estavam do nosso lado. E nós subemos operar com isso.

Mas eu não diria que teve o mesmo impacto do que foi feito na Reunião Ministerial de Doha, porque ali o Brasil, junto com outros, poderia ter sido tachado como responsável pelo fracasso da Conferência. Ali, enfrentamos — e ganhamos — uma disputa diplomática, sem perder a postura propositiva que levou o próprio representante comercial americano, alguns meses mais tarde, a me propor que Brasil e Estados Unidos fossem o centro de uma rearticulação que, naturalmente, envolvia também a União Europeia, a Índia e outros.

Gostaria de comentar um tema que o senhor desenvolveu com muita propriedade: a questão da disjunção entre o que se relata sobre a atuação da diplomacia brasileira aqui no Brasil, na nossa mídia, e o que se vê na mídia dos outros países. Estudei pessoalmente esse episódio hondurenho, que para mim é ainda mais emblemático dessa disjunção porque, diferentemente do que ocorreu naquelas negociações de grandes acordos comerciais em organismos multilaterais, em que havia interesses diferentes e até opostos aos nossos, portanto capazes de se exprimir, até dentro do Brasil, no caso hondurenho, aparentemente, houve um alinhamento universal. Países que se opõem – Paquistão e Índia, Coréia do Sul e do Norte, Israel e Síria etc. – ninguém aderiu ao governo golpista de Honduras. Houve um alinhamento universal, com uma única exceção, até onde percebi: certos setores da nossa grande imprensa, em que observamos até alinhamentos entre pessoas com histórico de esquerda e um advogado que pertenceu ao Comando de Caça aos Comunistas e que se tornou de repente um advogado constitucionalista especialista em assuntos hondurenhos. Junto a essa percepção uma experiência pessoal, de ter atuado na Secretaria de Comunicação da Presidência da República em três governos, para lhe dizer que tenho a impressão pessoal de que o Itamaraty não se comunica muito com a sociedade brasileira, deixa isso a outras instâncias. Quem fala pelo Itamaraty na prática com a sociedade brasileira são tradu-

tores que nem sempre são tradutores, às vezes são traidores. Não teria chegado o momento, com essa mudança da qualidade da inserção internacional do Brasil no mundo, de o Itamaraty reforçar a sua capacidade de dizer à sociedade brasileira o seu próprio discurso, sem ter que ser intermediado, digamos assim, pelos editores externos?

RESPOSTA:

Concordo que sempre é possível melhorar os nossos serviços. Mas, como o principal porta-voz do Itamaraty sou eu próprio, acho que apareço até demais. Procuo até falar menos quando posso. Quanto mais falo, não adianta: a mídia coloca de outra maneira. Mas tenho uma convicção: talvez o que eu vá dizer seja ilusório e possa até parecer pretensioso, mas como ando sem segurança, pelas ruas, o meu contato com setores da população indica que a maneira como o povo recebe a mensagem da política externa é, de modo geral, positiva. E, como eu já disse uma vez, é mais positiva nas portas das fábricas do que nos shopping centers. As pessoas apreendem, talvez porque hoje em dia existam muitos sites e blogs, porque muita informação aparece na televisão de forma direta e isso impede a manipulação pelos editores.

Dei o exemplo durante a minha palestra da Reunião Ministerial de Cancun de 2003, em que o aspecto da comunicação foi fundamental, sobretudo com a mídia internacional. Não quero entrar numa discussão sociológica sobre a mídia brasileira, mas muitas vezes se dá uma entrevista e o que se publica é sempre algo que possa ser interpretado como negativo. Um exemplo: houve

essa reunião da América Latina e Caribe em Cancun sobre a qual já falamos. Um evento importantíssimo, em que estavam representados todos os países da região, tivemos a presença do presidente Calderón, eleito por um partido considerado de centro-direita no México. Ninguém pode dizer que o presidente Calderón é um homem de esquerda. E o que os jornais procuraram mostrar? Divulgaram como uma foto em que aparece o presidente Chavez à frente e o presidente Lula ao fundo. O que se pode fazer contra isso? O Itamaraty não tem órgão de imprensa para publicar outra foto. Não é que aquela foto seja falsa. A reunião da Unasul à margem da Cúpula de fato aconteceu. A foto é, portanto, verdadeira, mas reflete apenas uma parte da verdade. E quando se expõe apenas uma parte da verdade, você pode, sem estar mentindo, dar uma visão errada dos fatos.

Voltando à questão de Honduras. A condenação ao golpe foi unânime. Até pela Organização dos Estados Americanos — portanto, também pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Não houve nenhum país que deixasse de condenar o golpe. Evidentemente, foi um golpe militar, porque o presidente legítimo foi tirado dos seus aposentos com uma pistola encostada na sua cabeça e transportado para fora do país. Todos condenaram isso.

Essas discussões começaram, sobretudo, quando o Brasil ofereceu proteção ao presidente Zelaya. Não era algo que nós fomos atrás. Aliás, pelo contrário. Simplesmente ocorreu. Houve um momento, logo no início da crise, quando o Zelaya ainda estava fora de Honduras, em que o Secretário-Geral da OEA pediu um avião brasileiro para ir ao país e nós cedemos — o primeiro

avião que pousou lá em uma missão oficial era brasileiro. Pouco depois, o próprio presidente Zelaya quis voltar a Honduras e também pediu a nossa ajuda. Negamos porque não íamos entrar em nenhuma aventura. Não é questão de ser a favor ou de ser contra uma parte ou outra. Nós éramos evidentemente contra o golpe. Mas não poderíamos expor um avião brasileiro a chegar lá e ter ordem de parar em outro lugar, ou não se respeitar a ordem e ter outro constrangimento maior ainda. Não poderíamos expor o Brasil a isso. Em outro exemplo, quando também houve aquela tentativa por terra, houve um telefonema em que o presidente Zelaya falou com o presidente Lula, que respondeu: “Cautela, nós apoiamos você como o presidente legítimo de Honduras, mas vá com calma”. Esses foram os nossos conselhos básicos.

Não poderíamos recusar, entretanto, proteção a um presidente eleito legitimamente e que deveria estar ocupando o palácio presidencial. Quando ele pediu proteção à Embaixada do Brasil, chegou lá por outros meios, não procuramos investigar quais e muito menos tivemos qualquer participação na chegada dele. Mas não podíamos negar proteção. Claro que aí uma parte enorme da mídia disse que o Brasil não podia fazer isso. Quiseram nos colocar num dilema: “O Brasil tem que dizer se é asilo ou se não é asilo”. Dilema, aliás, que foi primeiro colocado pelos golpistas, pelo Roberto Micheletti. Não foi nem a imprensa brasileira que inventou esse dilema, não quero ser injusto. A imprensa simplesmente comprou essa falsa questão dos golpistas.

O que os golpistas queriam dizer com isso? Bom, se o governo brasileiro dissesse que é asilo, o Zelaya não poderia manter contatos políticos. Contatos políticos que ele devia manter com

os próprios membros do governo do Micheletti. Entretanto, se disséssemos que não era asilo, talvez teria sido dado livre trânsito àquelas pressões que aconteceram em torno da Embaixada do Brasil, talvez até tentassem entrar lá para arrancar o Zelaya à força.

Não entramos nesse jogo. Todos, unanimemente, até os Estados Unidos, reconhecem que o papel do Brasil foi positivo. A solução final foi a que queríamos? Não, não foi. Mas teria sido pior se tivéssemos nos recusado a receber o presidente Zelaya, porque provavelmente não teria havido acordo, não teria havido anistia, não teria havido aquele gesto do presidente Pepe Lobo — eleito em eleições com cuja forma nós não concordamos — que foi à Embaixada do Brasil para sair junto com o Zelaya. É difícil especular o que poderia ter acontecido.

O Brasil está totalmente confortável com a posição que tomou. Quem teve problemas é o governo que emergiu do golpe de Honduras, que tem que provar que é efetivamente um governo de conciliação, um governo de diálogo. E, mais tarde, pode ser até que essa ferida se cicatrize, porque a política, como toda política externa ou interna, é feita de princípios, mas é feita também de visões da realidade. A região tem vários governos democráticos, incluindo muitos com os quais temos afinidades. Vamos acompanhar, portanto, como a situação evolui.

Qual é o motivo do apoio brasileiro ao programa nuclear iraniano?

JORGE ROMANO (IPEA)

Acredito que a política com relação ao Irã e até a visita do presidente Lula ao Irã estão provocando um desconforto muito grande entre alguns setores dos Estados Unidos e Israel, e *lobbies* organizados nos Estados Unidos. Gostaria de ouvir uma avaliação da sua parte, no sentido do que pode acontecer nos próximos meses, porque estamos em um ano eleitoral, em que a questão da política externa vai ganhar mais peso e a questão do Irã com certeza vai ser bastante debatida. Daí a necessidade de o governo explicar muito bem para a sociedade o que está acontecendo, e por que o Brasil está disposto a pagar esse preço.

RESPOSTA:

Não se trata de apoiar a política nuclear iraniana. O que o Brasil tem dito é que o Irã, assim como o Brasil, tem direito de desenvolver um programa nuclear pacífico. E é preciso, para isso, que ele esteja se comportando dentro das regras da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e do Tratado de Não-Proliferação (TNP), do qual é signatário.

É importante ter em mente que há países que não assinaram o Tratado e sabidamente têm armas nucleares. Índia e Paquistão, declaradamente, Israel, não-declaradamente. Todas as vezes em que se discute a possibilidade de um Oriente Médio livre de armas nucleares, os Estados Unidos são, quase sempre, os primeiros a se opor, em razão de sua aliança com Israel.

O Brasil é, obviamente, contra a proliferação nuclear. Não faria sentido o País assinar o Tratado de Não-Proliferação, dizer na sua Constituição que as armas nucleares estão proscritas, e achar razoável que outros desenvolvam ou adquiram a bomba.

A nossa posição básica tem sido a de discutir. Vamos ter a oportunidade de fazer isso, em breve, na conferência de revisão do TNP, ocasião em que vamos poder cobrar também o cumprimento do Artigo 6, que versa sobre o desarmamento nuclear. Até agora muito se fez e muito se fala sobre a não-proliferação, mas nada ou quase nada se fez pelo desarmamento, e uma das razões — vou mencioná-la, ainda que não tenha sido o atual governo —, que levou o Brasil a assinar o Tratado é a convicção de que deveria existir um equilíbrio entre não-proliferação e desarmamento.

Voltando ao caso do Irã: o que o Brasil defende é o programa nuclear pacífico. Houve, no passado, suspeitas em relação à quantidade de urânio não-declarada ou não-especificada. Não sei se as respostas oferecidas pelo Irã foram consideradas totalmente satisfatórias ou não. De lá para cá, a Agência Atômica continua inspecionando. Até onde sabemos, não há nenhum indício de desvio no destino do urânio no Irã. Existem dúvidas

ainda sobre um passado um pouco longínquo, mas quando a própria Agência Atômica se refere a essas dúvidas, ela se refere — e vou usar a expressão exatamente como surge nos relatórios da AIEA — a “alegados estudos”. Quer dizer, nem os estudos são estudos. São estudos alegados. Provavelmente relatórios de serviços secretos de países que não simpatizam com o Irã.

Vivi de muito perto o que aconteceu com o Iraque, porque fui embaixador na ONU durante quatro anos e depois, como Ministro, continuei a acompanhar o assunto. Além disso, presidi três comissões sobre o Iraque na esteira da presidência brasileira do Conselho de Segurança. Vi como aquelas coisas iam evoluindo num sentido cujo sinal era claro. O Iraque era obrigado a dar provas negativas. E é muito difícil você dar prova negativa. Pense na sua vida pessoal: se a pessoa tem que provar que não fez algo, não é provar que aquela acusação está errada ou provar quem fez, é provar que não fez. É muito difícil. O que se pedia do Iraque era isso. O Iraque não provou que não fez. Então, bombardearam o Iraque, invadiram o país e não encontraram nada. Milhares de pessoas morreram por conta desse equívoco. Derrubaram um ditador? Muito bem. Será que foi a maneira certa de fazê-lo? De qualquer maneira, o motivo alegado, que eram armas de destruição em massa, armas químicas, nada foi provado, não encontraram nada. O que não quer dizer que o Iraque também não tenha feito, no passado, coisas erradas.

O que nós tememos muito é que ocorra uma situação parecida com essa, e tudo indica que se está caminhando nesse sentido. Por isso, o que o Brasil tem procurado fazer nesse caso? Vai além do desejo natural de ter boas relações com um país com quase 80

milhões de habitantes — do tamanho da Turquia e maior do que qualquer país da América Latina, salvo o México e o próprio Brasil —, que terá uma grande influência no Oriente Médio e, portanto, na paz mundial e nos preços do petróleo, para ficar só nos interesses de cunho, digamos, mais egoístas. Como temos um bom diálogo com o Irã e um bom diálogo também com os países ocidentais, temos procurado ver se é possível chegar a uma conclusão que permita, de um lado, ao Irã, continuar tendo um programa pacífico de energia nuclear e, do outro, dar garantias ao Ocidente e à comunidade internacional como um todo, de que o Irã não está usando isso para fins nucleares.

Essa questão vem sendo discutida há muito tempo. Muitas vezes conversei a respeito com o antigo diretor da Agência, com quem tenho uma relação muito boa dos tempos em que presidi o painel do Iraque, Mohamed El-Baradei, que é, por sinal, prêmio Nobel da Paz. Eu sempre dizia para ele: “A minha teoria é muito simples porque é uma coisa muito fácil de os ocidentais entenderem. É a teoria do cartão de crédito, é a teoria do American Express”. A pessoa falhou no American Express, fica dois, três, até quatro anos sem poder tirar outro cartão. É, portanto, uma questão de credibilidade. Você não pode dizer que aquela pessoa não tem direito a American Express porque é muçulmana, porque outro país não gosta dela ou porque ela é branca, preta ou azul. É porque não pagou. Recuperando a credibilidade, ela passa a ter direito novamente. Não se pode negar em abstrato ou em absoluto o direito de o país obter enriquecimento, porque é permitido. O Brasil, por exemplo, enriquece urânio.

O que se precisa é chegar a esse ponto, essas discussões estão muito empacadas e nunca houve nenhum progresso, pelo menos durante os sete anos em que estou aqui como ministro. Sempre paravam nesse ponto, porque não havia o reconhecimento de que o Irã teria esse direito. Por quê? Podemos discutir a questão do uso dual (de tecnologias para uso civil ou militar). Recentemente, houve o pedido do Irã para comprar material combustível que utiliza urânio enriquecido a 20%. O Irã pediu à Agência Atômica para facilitar essa compra e, em decorrência desse pedido, houve um início de negociação. E qual foi a reação imediata do Ocidente? Digo Ocidente porque Estados Unidos, Inglaterra e França são os mais vocais, não quer dizer que a Rússia não participe das negociações, a China também. A reação foi a seguinte: "Vender vai ser difícil, mas, quem sabe, podemos trocar. Você nos dá urânio levemente enriquecido, a 3,5%, que é o que serve para produzir energia", que é o que é usado, por exemplo, na usina de Angra dos Reis e em outros lugares, "e nós te fornecemos o equivalente, não é a mesma quantidade porque naturalmente o outro é mais processado, e nós lhe damos o equivalente em elementos combustíveis com urânio a 20%". Por quê? Porque o elemento combustível com o urânio em 20%, por razões de ordem técnica, já não pode ser transformado em bomba atômica.

E por que foi feita essa contraproposta se a proposta inicial do Irã era comprar? Porque os países ocidentais ou os países que se preocupavam com o enriquecimento de urânio viram nisso uma chance de dizer "então a gente retira do Irã certa quantidade de urânio enriquecido, e devolve para ele de uma forma que não pode ser transformada em bomba". O acordo parecia, dessa

forma, ter elementos mutuamente favoráveis ou satisfatórios, porque, do lado do Ocidente, havia esse objetivo de retirar do Irã uma quantidade de urânio, e do lado do Irã, obter uma coisa que parecia ter uma dificuldade em fazer — que é ter urânio a 20% — e depois transformar em elemento combustível, para o reator de pesquisa que serve também para fazer elementos medicinais. Além disso, isso não deixava de ser um reconhecimento do direito do Irã de enriquecer 3,5%, porque se estavam concordando com a troca é porque o enriquecimento de urânio era aceitável. Para o Ocidente, ainda havia o elemento adicional de que o Irã estava renunciando aos 20%, o que nenhum tratado, nenhuma regra da Agência Atômica impede.

Essa proposta parecia ter potencial de prosperar. A análise de por que razão não prosperou é complexa. Cada um tem a sua versão. Chegou a haver um pré-acordo entre um negociador iraniano, em Viena, e os negociadores da Agência Atômica, que depois não foi aprovado. A alegação iraniana é de que o Ocidente, sobretudo os Estados Unidos, fez muita publicidade em torno do fato de que esse acordo limitaria a capacidade iraniana, limitaria o programa nuclear iraniano e isso, por sua vez, gerou uma reação interna no Irã. É verdade que houve reação interna. Mas o Irã é um país que tem muitos centros de poder e não é tão unitário ou monolítico quanto se pensa. O parlamento iraniano tem um presidente que não é correligionário do atual presidente do Irã, até concorreu contra ele em eleições no passado. E foi o Parlamento iraniano que disse que aquele acordo negociado em Viena era inaceitável.

Qual é a situação hoje? Existe uma proposta cujos conceitos básicos parecem ser favoráveis a um lado e ao outro. O que o Brasil tem procurado fazer? E não é só o Brasil, a Turquia também, por exemplo, que é membro da Otan e, segundo se sabe, tem armas nucleares ocidentais estacionadas em seu território. O que países como o Brasil e Turquia têm procurado fazer? É procurar restabelecer as condições para esse diálogo. O Irã precisa mostrar internamente que não está assinando on the dotted line, quer dizer, que não está assinando onde mandam assinar, como se tivesse um formulário pronto. Trata-se de poder negociar um pouco, discutir prazo, discutir como seria feita a entrega. Quem sabe pode haver um acordo? Talvez seja uma ilusão, talvez seja uma ingenuidade. O que ouço muito é que os países ocidentais valorizam a interlocução do Brasil e da Turquia, mas isso às vezes vem com um apoio cheio de crítica.

Como se dá esse apoio cheio de crítica? São ideias como: "Não, com isso o Irã só quer ganhar tempo". Pode ser, eu não excluo essa possibilidade, mas, de qualquer maneira, para se passar do estágio atual para a bomba atômica, e há relatórios americanos que dizem isso, não se passa em seis, oito meses de jeito nenhum. Não passará provavelmente nem em dois anos. Se o Irã está tentando comprar esse urânio a 20% é porque ele tem dificuldade. A não ser que tudo faça parte de um despistamento absolutamente diabólico.

O Irã anunciou agora que vai enriquecer urânio a 20% e as posições foram ficando mais rígidas e mais afastadas. Penso que isso é ruim para o mundo, porque se houver no Irã uma tragédia

como houve no Iraque, vai haver consequências incalculáveis. Porque o Irã não é o Iraque. O Iraque não tinha um regime bem visto. Saddam Hussein, em geral, não era bem visto no mundo árabe, até porque se tratava de um regime muito secular. As pessoas podem criticar por outro aspecto, mas ele não era muito islamita, digamos que era pouco islamita. Curiosamente, com a ação ocidental, o islamismo, sem entrar em julgamento de mérito, cresceu. Não diminuiu, cresceu, o que é um fato muito curioso. O caso do Irã é um pouco diferente. Claro que a maior parte dos governantes tem grandes restrições ao Irã. Mas o fato é que o regime iraniano têm grande penetração na massa. Se houver um ataque militar ao Irã, haverá, provavelmente, consequências muito graves, ao meu ver, muito além do Irã. Mas mesmo que não seja um ataque militar, digamos um regime de sanções.

Acompanhei de perto a questão do Iraque e, na ocasião, o Brasil teve a honra — um “abacaxi” também, mas um “abacaxi” honroso — de presidir três painéis sobre o Iraque, o que nunca tinha ocorrido. Nunca tinha havido esse tipo de fato: passar um assunto do Conselho de Segurança para um país conduzir. Acontece que essa é uma característica brasileira: o Brasil tem capacidade de falar com a Rússia, com a China, com a França, com os Estados Unidos, tem capacidade de ter diálogo com todos. Então, o Brasil foi encarregado, ao fim da presidência brasileira do Conselho, de cuidar dos três painéis. Não entrarei nos detalhes sobre os outros, mas era um painel sobre desarmamento, o outro era relativo à parte de indenizações sobre bens kuaitianos levados para o Iraque e o terceiro, sobre a parte humanitária. A conclusão — e não cheguei a ela sozinho, mas com todos que faziam parte do painel,

incluindo Sérgio Vieira de Mello, que faleceu depois tragicamente no Iraque, e havia também um sueco-italiano, o Stefano di Mistura, que atualmente tem uma função importante no Afeganistão da ONU — foi que sanções no Iraque tinham surtido efeito zero sobre a liderança iraquiana, mas tiveram efeito devastador sobre o povo iraquiano. Por quê? Vejamos como começam essas sanções. Inicialmente, dizem que vão fazer sanções localizadas (targeted sanctions). “Não é para atingir o povo. Mas grafite que serve para fazer lápis não se pode usar, porque grafite também é um elemento moderador em um reator nuclear. Borracha? Também não pode porque apesar de o pneu ser usado em ambulâncias, o pneu também pode ser usado em um blindado”.

E assim foram se desenrolando os fatos. E o resultado? A capacidade de produção de energia elétrica no Iraque caiu pela metade ou até em 60%. A capacidade de saneamento de água potável tinha caído 60%. E tudo isso se refletiu no aumento da mortalidade infantil em mais de 200%. Não lembro os números exatos, mas eram muito expressivos. Então, isso em nada diminuiu a força do Saddam Hussein, mas teve um efeito devastador sobre o povo iraquiano. Efeito do qual até hoje não se recuperou — e não se recuperará tão cedo. Depois disso houve os ataques. O Iraque, antes desses fatos, tinha padrões de desenvolvimento humano similares aos de países desenvolvidos. Claro que é porque tinha petróleo. E caiu aos níveis mais baixos dos países de menor desenvolvimento relativo antes do ataque. O regime de sanções acaba levando a uma engrenagem meio sem volta, quando se aplica uma sanção e o país não cede.

Se o presidente Ahmadinejad já teve dificuldade, seja por que razão for, de aceitar o acordo que o seu agente havia mais ou menos pré-acordado em Viena, é porque ele, de fato, tem resistência interna. Se ele for aceitar sob a pressão das sanções, é uma capitulação. O Mussavi, o líder da oposição, talvez até com certa razão, foi um dos primeiros a dizer que aquele acordo era uma capitulação. Então vai ser cada vez mais difícil para o presidente Ahmadinejad chegar a um acordo. À medida que vai sendo mais difícil, as sanções vão aumentando; depois que elas aumentam, não dão resultado. Há radicalização. Os outros países também sofrem pressões internas. Nos Estados Unidos, começam a dizer que não podem fraquejar, que têm que endurecer, que as sanções não funcionaram e que, então, é preciso passar para algo mais forte — e algo mais forte é um ataque. E assim se chega a essa situação de danos irreparáveis.

A nossa posição é essa. Apoiamos sim o princípio de que qualquer país pode ter energia para fins pacíficos, sob supervisão da Agência, como ocorre com o Brasil. Agora, para que isso ocorra, é preciso restabelecer a confiança. Portanto, esse acordo não abrange todos os aspectos, existem outros. Porém, se ele prosperar, isso pode ajudar a recriar a confiança. E a confiança é a base da distensão.

Ministro, há trinta anos tive a oportunidade de ser seu aluno no curso de Relações Internacionais, na Universidade de Brasília, e na ocasião o senhor ministrava Teoria Política I e Teoria Política 2. Gostaria de ouvir um pouco sobre que pensadores influenciaram mais o seu trabalho como estrategista na área de política externa e como formulador e implementador de política externa também.

RESPOSTA:

Foram muitos. Em matéria de política internacional, fui estudando, formando as minhas próprias ideias, não singularizaria um autor, sinceramente. Li obras como a de Hans Morgenthau, A Política entre as Nações, os idealistas, o Samuel Pinheiro Guimarães e outros. São influências múltiplas. Eu não singularizaria.

Um autor em teoria política, mais amplamente, muito importante é o Karl Mannheim, que me ajuda a ver os fatos de maneira não-ingênua. Ideologia e Utopia sempre salientei como um dos livros seminais, que forjaram a minha visão. Ele deve sua visão a vários, a sociólogos, deve ao Marx — mas longe de alguém poder dizer que Mannheim era marxista, ele procurava outros caminhos. Então, prezo essa capacidade de procurar ver para além das declarações, para além dos enunciados, qual é o verdadeiro pensamento, a que interesses corresponde, mas também entendendo que essa influência dos interesses sobre o pensamento não é uma influência mecânica e nem imediata. Ela se faz por meio de elementos muito mais complexos.

Enfim, li muitos livros de História, aprende-se muito com a História também. Vê-se os fatos que aconteceram, e como eles foram resolvidos, assim você forma suas conclusões.

RODRIGO MORAES (IPEA)

Sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul, gostaria de saber como, na sua opinião, se concilia a postura do Brasil, que é claramente “não-confrontacionista” com relação aos vizinhos e com relação aos Estados Unidos, com a postura do governo da Venezuela, que é claramente confrontativa em relação aos Estados Unidos e, em parte, também em relação à Colômbia.

RESPOSTA:

A confrontação sempre tem dois lados. Não vou aqui justificar, e não me cabe ficar julgando a política externa de outros países. Mas que houve uma tentativa quase bem-sucedida de golpe de Estado na Venezuela e que ela teve apoio do governo americano na época é um fato não ignorado. Então, pode ser que a Venezuela tenha algumas reações, mas essas reações também foram motivadas por algumas ações. Não sei quando começou.

Obviamente, acreditamos que o ingresso da Venezuela no Mercosul ajuda aquele país a ter uma compreensão melhor dos fatos. Creio que o presidente Lula exerça uma influência muito positiva, e é uma influência moderadora sobre a Venezuela. E não somente o presidente Lula. Veja bem, houve recentemente um episódio

que a imprensa até destacou relativamente pouco, um entreviro entre o presidente Chávez e o presidente Uribe. No entanto, o fato de eles estarem ali na Conferência acabou possibilitando, como resultado desse entreviro, que se criasse um grupo de amigos para discutir a questão.

Acredito que, com a entrada da Venezuela no Mercosul, e considerando todo o conjunto das economias do Mercosul, bem maior se comparado com o da Venezuela, é muito mais provável que tenhamos capacidade de influenciar a Venezuela do que o vice-versa, quero dizer, temos estrutura econômica, de busca de “inserção internacional soberana”.

Portanto, parece-me que não há o que temer, ao contrário. No início, talvez o próprio presidente Chávez tivesse a ilusão de que iria mudar o Mercosul, mas já percebeu que não vai. O Mercosul é como é. Claro que em algum aspecto sempre há uma interação dessas influências, mas não tenho nenhum temor disso. Creio que vai ser positivo e que a Venezuela vai ter que absorver o acervo do Mercosul. E isso vai ser positivo para a Venezuela também. É curioso quando ouvimos o presidente Chávez dizer: “Não, não gosto muito do capitalismo, mas gosto dos capitalistas brasileiros”. Mas por quê? Porque ele está acostumado a brigar com os capitalistas venezuelanos, porque os capitalistas venezuelanos, pelo menos na visão dele, foram contra ele, foram a favor do golpe, totalmente dependentes de influências externas. Por isso creio que seja uma oportunidade de que haja uma influência no geral positiva.

Minha pergunta é a respeito da diplomacia norte-americana, cujo princípio básico de estratégia é conhecer o outro. E, para mim, a diplomacia norte-americana é, em boa medida, uma incógnita, particularmente no governo Obama. O presidente Obama, aparentemente — e esse é o ponto que me causa mais angústia —, não foi capaz de imprimir à política externa as promessas feitas durante a campanha. É claro que a campanha nunca é o retrato do que efetivamente se fará. Porém, há a questão de Guantánamo, agora o episódio do aeroporto de Porto Príncipe, a própria atuação que levou algumas horas na denúncia do golpe de Honduras, esses fatos parecem indicar a ação ainda muito forte de setores abaixo da presidência dos Estados Unidos e a incapacidade dessa nova direção de impor a sua vontade sobre eles. É isso que acontece? Como é que opera a política externa norte-americana no governo Obama? É, de fato, uma política nova, ou segue o padrão antigo?

RESPOSTA:

Em relação à política americana, é muito difícil fazer um juízo de valor sobre uma questão desse tipo. Acredito que o presidente Obama revelou muito boas intenções no começo do seu governo, em matéria de política externa. Mas temos que considerar a realidade de cada país. Ninguém faz uma política externa no abstrato. Levando em conta todos os fatores, o tipo de envolvimento que os Estados Unidos têm com o mundo, as alianças militares, acho até que ele começou bem.

No caso da América Latina e Caribe — porque não podemos esquecer que os nossos irmãos caribenhos fazem parte da nossa região, e quando falamos em América do Sul é América do Sul, mas quando falamos em América Latina, é América Latina e Caribe —, ele teve uma atitude muito positiva na reunião da Cúpula das Américas, quando propôs um diálogo com a Unasul. Isso é muito interessante, porque a própria mídia brasileira falou que a Unasul era concebida para confrontar os Estados Unidos, e aí eles pedem um diálogo conosco. Assim talvez a Unasul fique mais “legitimada”: quando os Estados Unidos dizem que tá bem, aí o pessoal aprova.

Então, começou com boas intenções. Houve um diálogo. A relação dele com o presidente Chávez parecia até que ia permitir certa distensão. Logo em seguida, houve a questão de Cuba na OEA, em que foi possível aprovar por unanimidade a revogação da suspensão. E tudo isso foi levado na base do diálogo. Não posso dizer que a política externa americana tenha mudado, que está sendo diferente. As circunstâncias talvez não tenham sido as mais favoráveis. Mesmo no caso de Honduras, devo dizer que a atitude inicial dos Estados Unidos foi muito positiva. Eles também condenaram o golpe militar. Os Estados Unidos concordaram com as resoluções, com as mesmas exigências, que houvesse uma volta do presidente Zelaya. No Oriente Médio, por exemplo, o primeiro discurso do presidente Obama, no Cairo, foi muito positivo em matéria de abertura, dizendo que “não há inimigos”. Do mesmo modo, na abertura em relação ao próprio Irã, os iranianos tiveram também um pouco de dificuldade: para eles, também não é fácil, pela ideologia que se formou lá dentro.

Em relação ao clima, com todos os defeitos da proposta americana, ele se engajou.

Contudo, creio que todos os países têm dificuldades internas. E o problema é quando o presidente fica muito absorvido com algum outra questão, seja interna ou externa, como é caso do Afeganistão, a tendência é a burocracia tomar a dianteira. Seja o Departamento de Estado, seja o Pentágono. Acho que isso aconteceu um pouco sem, digamos, o suficiente acompanhamento nos temas em nível elevado. Isso aconteceu com Honduras, não nas condenações iniciais, mas na evolução do tema, o que é demonstrado pelas pressões que certos congressistas mais à direita vieram a exercer. E há relações às vezes pessoais.

Quando tínhamos que lidar com o problema de Angola, quando eu estava no Conselho de Segurança, e apoiávamos o governo legítimo, que era o único, a comunidade internacional oficialmente apoiava o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), mas quando se tratava de alguma medida mais dura em relação à União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), era quase impossível porque havia ligações históricas. Eram ligações não do governo, mas de alguns congressistas. Então, em Honduras provavelmente existia também. Isso limitou um pouco a margem de manobra. A questão não é tanto discutir a política, mas até que ponto o presidente Obama está sendo capaz de imprimir a sua personalidade na política externa.

Temos esperanças de que, superadas essas questões da reforma da saúde e outras, o presidente Obama possa dedicar mais

atenção a esses outros temas. Inspirou-me muita esperança, em relação ao Oriente Médio, quando ele nomeou o senador George Mitchell como enviado especial. O senador Mitchell é uma pessoa de grande capacidade: foi quem mediou aquele acordo de Sexta-Feira Santa, na Irlanda do Norte, que também parecia um problema impossível de se resolver, e isso me deu grandes esperanças.

CORONEL PENTEADO (CMD. MILITAR DO PLANALTO)

O que o senhor acha da assertiva de Clausewitz, que a guerra é a política por outros meios?

RESPOSTA:

Em relação ao Clausewitz, não vou fazer uma análise longa, porque alguns dos meus ex-alunos de Teoria Política podem achar que eu já esqueci, ou que não estou tão firme. Mas a essência da frase de Clausewitz, como a entendo, é introduzir alguma racionalidade na guerra, que a guerra não é um objetivo em si mesmo, a guerra não é para as pessoas se destruírem, mas para atingir um objetivo determinado. Esse objetivo foi procurado pela política, e não deu certo, daí se recorre à guerra. É para as pessoas não esquecerem isso. Acredito — e já era assim na época dele, e isso é verdade em qualquer época, e talvez mais verdade na nossa, em que a sociedade está envolvida de maneira mais dramática — que você sabe como começar uma guerra, mas terminá-la não é simples. Portanto, é preciso ter cuidado, vejo a frase do Clausewitz sobretudo por esse ângulo. É uma

continuação da política, mas ela muito facilmente escala para outros resultados que não faziam parte do objetivo inicial. É, portanto, sempre melhor evitar.

Se você quiser interpretar em tempos modernos, poderia se referir a algumas ações de paz da ONU, que são ações militares, elas também se inserem em um quadro político. Não se trata apenas de entrar em um país e reprimir um grupo. Deve haver um objetivo, que é a estabilidade.

Boa a sua pergunta, porque me permite falar do Haiti, onde temos feito um trabalho extraordinário com as Forças Armadas Brasileiras. É um trabalho que tem também a ver com a ordem e a segurança e foi, no início, mal compreendido por uma parte da sociedade brasileira — tanto da direita como da esquerda, que não compreenderam que essa era uma ação de paz das Nações Unidas e que era voltada para objetivos verdadeiramente solidários com o povo haitiano. É um trabalho extraordinário reconhecido hoje por todo o povo haitiano. Mas isso se deu por um objetivo político. Não é só a ordem pela ordem e a segurança pela segurança, mas a ordem e a segurança para permitir o desenvolvimento político e econômico.

Minha pergunta é relacionada às duas cúpulas que estão prestes a acontecer: a cúpula do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e a cúpula do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China). O IPC (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo) agora está envolvido na organização do fórum acadêmico que vai anteceder a cúpula do Ibas. Então, justamente nesse processo de reflexão sobre a cúpula, sobre os assuntos que vão ser discutidos, eu gostaria de ouvi-lo sobre o que está sendo pautado no âmbito do Itamaraty.

RESPOSTA:

A resposta é um pouco mais de procedimento do que de conteúdo. Não vou agora me estender sobre os temas todos do Ibas, mas acho muito importante que haja essa discussão. Nós chamamos Ibas em português. IBSA é a sigla original, em inglês. Vou até contar algo que se passou comigo para dar um tom mais leve. Certa vez, fui a Portugal com o Ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia. E o Ministro da Ciência e Tecnologia de Portugal, em determinado momento (isso faz vinte anos — aliás, hoje ele é Ministro da Ciência e Tecnologia, na época era o presidente do CNPq português) referiu-se à Sida, e eu vi que o Renato, o meu ministro, não tinha entendido. Eu cochichei para ele: “Aids”. Então o português percebeu e disse: “Ah, vocês lá dizem Aids? Nós cá dizemos Sida”. Na realidade, ele tinha razão, porque a sigla em português deveria ser Sida. Mas a sorte estava do nosso lado porque daí a cinco minutos ele falou de programas de tecnologia militar e se referiu à Nato. E eu disse:

“Ah, vocês cá dizem Nato? Nós lá dizemos Otan”. Então, Ibas ou IBSA, não tem importância.

De qualquer maneira, o que eu sugeriria a você, como estamos num processo de preparação, é iniciar um contato formal no Itamaraty, porque não seria capaz de dizer agora quais são os temas. Sei que há temas em ciência e tecnologia, temas em ciências sociais, é muito amplo. Então, seria difícil responder sua pergunta, mas agradeço o seu interesse e você pode pedir ao Embaixador Roberto Jaguaribe ou ao Conselheiro João Genésio para vocês terem uma conversa sobre isso, porque seria muito bom. E o Fernando Apparicio que está aqui pode ser o transmissor dessa consulta.

Só quero aproveitar para dizer que é algo muito importante, porque essas ideias demoram muito a ser absorvidas pela sociedade. O primeiro esforço de absorção é pelos outros órgãos do governo. Também demora, porque as pessoas estão acostumadas a pensar de determinada maneira. Aproveito também porque isso tem a ver com uma pergunta anterior e com as relações entre campanha e governo, Estado, partido político. Lembro-me de que, quando estávamos numa das primeiras visitas que o presidente Lula fez ao exterior, incluímos nas notinhas dele a questão da ampliação do Conselho de Segurança. E o presidente Lula já tinha falado na Alemanha e ia voltar a falar na França. E um ministro do governo disse: “Ah, mas isso não fazia parte do programa de campanha”. Disse isso porque estava interessado em falar de outros temas. Para você ver, hoje, no programa do PT, está a ampliação do Conselho de Segurança. Então, há uma relação de interação entre todos esses temas.

A expressão América do Sul, por exemplo, constava dos livros da minha infância, ou talvez do campeonato de futebol. Ou seja, não se usava. Não existia. Era só América Latina. A América Latina está na nossa Constituição, é verdade, e tem que ser respeitada, mas, na realidade, se queremos fazer um processo de integração da América Latina, temos que começar por onde está mais perto. Por essa razão, pusemos tanta ênfase na América do Sul sem renegar a América Latina. Então, o Ibas tem que ser absorvido pela sociedade. Por isso o trabalho que se está fazendo é de extrema importância, o que vocês estão fazendo nessa parte dos contatos acadêmicos, universitários, científicos etc. Para falar a verdade, tenho mais “carinho” pelo Ibas do que pelo Brics, porque o Brics tem uma relação com a realidade, chegou lá e viu: Brasil, Rússia, Índia e China são os mais importantes. O Ibas não. Este nós criamos, e foi na base não só de similaridades vistas de fora, mas de afinidades de valores. Acredito ser uma grande tarefa.

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília - DF, em maio de 2010
Tiragem: 1.500 exemplares

